



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

PROJETO BÁSICO

REFORMA E AMPLIAÇÃO COMPLEMENTAR DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA – CIOSP, PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE COMANDO DE CONTROLE GOVERNADOR MARCELO DÉDA-CICC, EM ARACAJU/SE.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe – SSP/SE, Órgão integrante do Governo do Estado de Sergipe, apresenta Projeto Básico visando à contratação de serviços de **Reforma e Ampliação complementar do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública – CIOSP, para implantação de Centro Integrado de Comando de Controle Governador Marcelo Déda-CICC, em Aracaju/SE**, localizado na Av. São Paulo, 3005 – Bairro José Conrado de Araújo, Aracaju-SE, 49055-285.

Neste documento entende-se por:

- CONTRATANTE: Estado de Sergipe por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe.
- CONTRATADA: Empresa contratada para execução da obra.
- FISCALIZAÇÃO: Técnicos credenciados pelo CONTRATANTE para acompanhamento da obra.
- ÓRGÃOS REGULADORES, FISCALIZADORES, CONCESSIONÁRIOS: Órgãos encarregados de normatizar, fiscalizar e aprovar a prestação dos serviços públicos, além da aplicação das leis, decretos, normas e qualquer obrigação legal.
- LEGISLAÇÕES E NORMAS: Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 9.069/1995, da Lei nº 10.192/2001, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Estadual nº 5.848/2006, da Lei Estadual nº 8.747/2020, da Lei Estadual nº 9.156/2023, da Lei Estadual nº 9.166/2023, do Decreto Estadual nº 342/2023, do Decreto Estadual nº 368/2023

2 – DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem como objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão os procedimentos para a contratação de empresa especializada para realizar serviços de Reforma e Ampliação complementar do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública – CIOSP, para implantação de Centro Integrado de Comando de Controle Governador Marcelo Déda-CICC, em Aracaju/SE.

3 – JUSTIFICATIVA

HISTÓRICO.

A obra encontra-se em fase de execução, estando os serviços sob responsabilidade da empresa CONSTRUTORA SOL E EMPREENDIMENTOS LTDA, vencedora do certame licitatório Tomada de Preço nº 29/2023. Contudo, apesar de o andamento regular da execução contratual, constatou-se a necessidade de abertura de um processo licitatório complementar, com vistas à contratação de serviços adicionais indispensáveis à conclusão integral da obra. Tais serviços são essenciais para que o edifício possa ser oficialmente inaugurado, entregue à Secretaria de Estado da Segurança Pública e, conseqüentemente, ocupado pelos servidores e disponibilizado para atendimento ao



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

público e à sociedade.

DA ATUALIDADE

Durante a fase de execução da obra, constatou-se que o orçamento elaborado pela referida empresa, e que serviu de base técnica para o processo licitatório Tomada de Preço nº 29/2023 (vencido pela empresa CONSTRUTORA SOL E EMPREENDIMENTOS LTDA), não contemplava diversos serviços essenciais para a completa funcionalidade e entrega do empreendimento.

Entre os serviços não previstos no orçamento original, destacam-se:

- Construção da Guarita;
- Individualização da energia elétrica;
- Pavimentação da área externa;
- Construção da Casa de lixo;

O projeto de reforma prevê as principais intervenções:

- Instalação de Posto duplo T para a fixação do transformador de energia;
- Transformador de 225 kva, 15 kv, 60 hz, at 13,8kv, bt 220/127v
- Mureta no limite do terreno próximo ao poste para abrigar a medição de energia elétrica do CICC/CIOPS;
- Ramal de alimentação será constituído por Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), rígido, 185mm², 1kv / 90° C;
- Construção da guarita com banheiro, com portão de acesso a veículos automatizados;
- Postes de iluminação pública com refletores em LED para a área de estacionamento;
- Execução de piso de concreto, sem acabamento superficial, espessura de 15 cm, fck = 30 mpa, com uso de formas em madeira serrada. Af_09/2021
- Individualização da água;
- Brise metálico Hunter Douglas ref. 84R - SL4 cor prata ou similar, com estrutura e montagem, exclusive Andaimes ou plataforma;
- Entre outros;

A presente demanda justifica-se pela necessidade da Licitação complementar para a Reforma e Ampliação do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública – CIOSP, para implantação de Centro Integrado de Comando de Controle Governador Marcelo Déda-CICC, em Aracaju/SE.

Alguns serviços ausentes ou com quantitativos divergentes dos projetos executivos foram objeto de aditivos contratuais, devidamente formalizados pela fiscalização da CEHOP – Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas, respeitando-se os limites legais máximos de acréscimo contratual: 50% para obras de reforma e 25% para ampliações. No entanto, não foi possível incorporar os serviços externos ao escopo inicial, uma vez que isso ultrapassaria os percentuais legais permitidos por aditamento contratual, conforme estabelecido na Lei nº 8.666/93.

Diante desse cenário, torna-se necessária a instauração de nova licitação complementar, com o objetivo de contratar os serviços remanescentes imprescindíveis à finalização da obra da Reforma e Ampliação complementar do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública - CICC no CIOSP.

Com a necessidade de nova licitação, a equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEARQ da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em conjunto com a fiscalização da CEHOP, realizou o levantamento detalhado dos serviços faltantes no contrato atual com a empresa CONSTRUTORA SOL E EMPREENDIMENTOS LTDA necessários à conclusão da obra.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

Como resultado, foi elaborada uma planilha orçamentária no valor de **R\$ 675.943,22 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)**, a qual servirá de base para a nova licitação.

4 – ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO.

O critério para a escolha da proposta será o de MENOR PREÇO, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços obedecerão ao REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

5 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

A modalidade adequada para a contratação será a Concorrência, de acordo com a previsão contida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, devendo os licitantes preencherem os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fase de habilitação da licitante, deverá ser verificada a regularidade da empresa licitante, conforme determina o art. 62, da Lei nº 14.133/2021, solicitando os seguintes documentos, relativos a:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1. Cédula de identidade;

6.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

6.2.2. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja inclusive as contribuições previdenciárias;

6.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

6.2.4. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

6.2.5. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Estado relativa ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.2.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitido pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.2.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.2.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.2.8. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

6.2.8.1. Declaração de Inexistência de Empregados Menores, conforme Anexo XIII.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1. Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA no Estado de sua sede ou do seu domicílio.

6.3.2. Declaração emitida pela própria Licitante de que visitou o local de execução da obra e de recebimentos dos documentos atinentes a licitação.

6.3.2.1. A empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar junto à sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento, podendo, referida declaração, ser firmada de acordo com o Instrumento Convocatório. Dessa forma, caso venha a ser vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

6.3.3. Atestados ou Certidões de Capacidade Operacional, registrados no CREA da respectiva região onde foram executados, que comprovem ter a empresa licitante executado, para pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, Serviços/Obras de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto da presente licitação.

6.3.3.1. Para efeito de comprovação do item anterior, deverá constar nos Atestados ou Certidões que a empresa executou:

6.3.3.1.1 – Pintura sobre paredes ou tetos, numa quantidade igual ou superior a 689,00 m², que é a quantidade equivalente a 40% do total deste item da planilha orçamentária;

6.3.3.1.2 – Concreto armado, numa quantidade igual ou superior a 31,00 m³, que é a quantidade equivalente a 40% do total deste item da planilha orçamentária

6.3.3.1.3 – Instalação de cabos elétricos, numa quantidade igual ou superior a 1.744,00 m, que é a quantidade equivalente a 40% do total deste item da planilha orçamentária;



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

6.3.4. Comprovação do licitante de possuir, na data prevista para entrega da proposta, comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, ou até mesmo de um pré-contrato, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação comum com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da presente licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.

6.3.4.1. Para efeito de comprovação do item anterior, deverá constar nos Atestados ou Certidões que o profissional executou:

6.3.4.1.1 – Pintura sobre paredes ou tetos.

6.3.4.1.2 – Concreto armado.

6.3.4.1.3 – Instalação de cabos elétricos.

6.3.5. Indicação do Responsável Técnico com sua devida qualificação.

6.3.6. Declaração de Concordância do Engenheiro Responsável Técnico..

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.1. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, vigente, no mínimo, até a *data do recebimento da Proposta Financeira e Documentos de Habilitação*;

NOTAS EXPLICATIVAS:

a) Os documentos de habilitação terão como jurisdição a sede (matriz) da empresa, quando esta for a proponente no processo licitatório.

b) Quando a filial da empresa for a proponente no processo licitatório, os documentos de habilitação unificados terão como jurisdição a sede (matriz), e os documentos de habilitação não unificados terão como jurisdição o domicílio da filial.

c) Os prazos de validade dos documentos apresentados na habilitação serão os neles inseridos.

d) Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, que ficará retido nos autos, ou em cópia autenticada por cartório competente, ou conferida por servidor (empregado) do FUNESP, neste caso os originais terão que ser apresentados até o segundo dia útil anterior do recebimento da Proposta Financeira e Documentos de Habilitação.

6.5 – DECLARAÇÕES

6.5.1-Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

6.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

6.5.4 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

7 – DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

A execução do objeto, item 2 deste PROJETO BÁSICO, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados na Av. São Paulo, 3005 - José Conrado de Araújo, Aracaju - SE, 49055-285.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os Recursos Orçamentários para o pagamento da execução dos Serviços/Obras objeto deste Termo de Referência, quando ordenados, serão oriundos da Fonte de Recurso 1753, a Despesa será consignada à seguinte Classificação Orçamentária: 06.181.0010; Projeto/Atividade: 0391 e Elemento de Despesa: 4490.51.

9 – DO VALOR ORÇADO

9.1. O Valor Orçado do FUNESP, para efeito de avaliação da exequibilidade da proposta, inclusos os custos indiretos é de **R\$ 675.943,22 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)**, tendo como referência o mês julho/2025-1, valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior.

9.2. O Valor de Custo do FUNESP para efeito da comprovação do Capital Social é de **R\$ 547.145,08 (quinhentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e oito centavos)**.

10 – DO PRAZO DOS SERVIÇOS/OBRA

10.1. Os Serviços deverão ser executados e concluídos no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, de acordo com o cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização. O prazo se inicia a partir da expedição da Ordem de Serviços e Mobilização emitida pela Diretoria competente do FUNESP, e consequentemente ciência da CONTRATADA.

10.2. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

10.3. Os eventuais períodos de paralisação dos Serviços/Obras serão autorizados pelo FUNESP, devidamente justificados, e o cronograma físico-financeiro ajustado aos dias de efetiva realização dos serviços.

11 – REAJUSTAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

11.1. Os preços contratuais serão fixos e irredutíveis pelo período de 01 (um) ano, sofrendo reajustamento se o prazo ultrapassar este período, conforme estabelecem a Lei nº 9.069/1995 e a Lei nº 10.192/2001, utilizando-se do Índice Nacional do Custo da Construção, por tipo de obras apuradas pela FGV - Fundação Getúlio Vargas;

11.2. A composição de preços da planilha orçamentária da Contratada tem como mês-base de referência o mês ao qual o Orçamento Referencial do FUNESP;

11.3. O reajustamento de preços a que se refere esta Cláusula será calculado com base na seguinte equação

$$R = V \frac{I1 - I0}{I0} \quad \text{onde:}$$

R = é o valor do reajustamento procurado;
V = é o saldo do preço inicial a ser reajustado



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

I0 = é o índice setorial de preços constante da coluna pertinente ao objeto deste Contrato, informado ou divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao mês-base de referência o mês ao qual o Orçamento Referencial da SECRETARIA;

I1 = é o índice setorial de preços constante da Coluna pertinente ao objeto deste Contrato, informado ou divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao mês-base de referência o mês ao qual o Orçamento Referencial da SECRETARIA;

11.4. No cálculo do reajuste, conforme a equação descrita nesta Cláusula, somente será admitida 04 (quatro) decimais, sem aproximação ou arredondamentos;

11.5. Enquanto não informados ou divulgados os índices correspondentes ao 13º mês para efeito de definição do índice I1, de que trata o item 6.3 supra, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando informado, divulgado ou publicado o índice definitivo, a correção do cálculo;

11.6. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados até o mês previsto no Cronograma físico-financeiro, para o evento gerador do faturamento.

12. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, devendo ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

12.2. **A CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

12.3. Registros que não caracterizem alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, a CONTRATADA obrigar-se a:

13.1. Após assinado o contrato de empreitada, anotá-lo no CREA/SE, conforme determina a Lei nº 5.194 de 24/12/66, e Resolução nº 307, de 28/02/86, do CONFEA.

13.2. Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas porventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação

13.3. Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que os mesmos possam ser aprovados antes da sua utilização.

13.4. Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto –



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc. – independe de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO; obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatórios ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.

13.5. Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critério da Lei 14.133/2021.

13.6. Prestar à obra toda assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados a atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

13.7. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços e materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricação, matérias para empregos da obra.

13.8. Responsabilizar-se:

- Pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone.
- Pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras.
- Pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene.
- Pela sinalização de segurança e circulação.
- Por qualquer acidente ocasionado em decorrência da obra, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros, ainda que ocorridos em via pública.

13.9. Comunicar a administração, por escrito e no prazo de 48 horas, quaisquer alterações e acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, a CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

13.10. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que a, qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, responder por si.

13.11. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes.

13.12. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato.

13.13. Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE durante a execução do contrato, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial.

13.14. Responsabilizar-se, ao seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos junto aos órgãos reguladores/fiscalizadores/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

e observando as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança pública.

13.15. A contratada concede livre acesso aos documentos administrativos, aos registros contábeis e informações bancárias da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo do Estado de Sergipe. (nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa nº 006, de 10/12/2008)

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se, nos seguintes termos:

14.1. Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos.

14.2. O fiel cumprimento das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas.

14.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto.

14.4. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

15. DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. **A CONTRATADA** cometerá infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 212 do Decreto Estadual nº 342/2023, se:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

a) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) Der causa à inexecução total do contrato;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pelo cometimento das infrações descritas no item 12.1, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, bem como observados os termos e procedimentos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e dos artigos 212 a 247 do Decreto Estadual nº 342/2023:

I – Advertência, exclusivamente pela infração prevista na alínea “a” do item 12.1, quando não se



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

justificar a imposição de penalidade mais grave;

I – Multa, observados os seguintes limites máximos:

I.a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras ou serviços de engenharia não cumprido;

I.b) 15 % (quinze por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com a consequente rescisão contratual;

II – Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Sergipe, pelo prazo de até 3 (três) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 12.1.;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas, “e”, “f”, “g” e “h” do 12.1.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas, “e”, “f”, “g” e “h” do 12.1

17 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O inadimplemento por parte da empresa vencedora deste certame de quaisquer das cláusulas do contrato, inexecução e/ou disposições deste projeto básico, implicará sua rescisão, conforme os arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, além da aplicação das penalidades descritas no item 14.

18 – RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

18.1. O recebimento do objeto será realizado em duas fases, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo:

18.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização especialmente designado, através de termo circunstanciado, assinado pelas partes, mediante prévia conferência dos serviços, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação da contratada, observado o cronograma físico-financeiro apresentado.

18.1.2. Definitivamente, em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação pela contratada que os serviços estão aptos ao recebimento definitivo, caracterizado após a análise de comissão especialmente designada, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, depois da Conferência de adequação dos serviços aos termos contratuais;

18.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

18.4. A contratante aceitará os serviços conformes ou, no caso de verificar eventuais pendências, elaborará relatório circunstanciado e notificará a contratada para solucionar as pendências no prazo estabelecido, sem prejuízo das demais ações.

18.5. A justificativa acerca de serviços incompletos ou desconforme será avaliada pela contratante para aferição de eventual infração contratual.

18.6. Os serviços serão atestados em conformidade com o cronograma físico-financeiro, após o cumprimento das exigências da respectiva etapa.

18.7. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

18.8. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

18.9. A contratante poderá efetuar glosas legais e por inexecução, sem prejuízo da aplicação de sanções.

19 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante entrega dos SERVIÇOS, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação, no protocolo do órgão interessado, da documentação hábil à quitação: (I) nota fiscal; (II) planilha dos serviços realizados; (III) certidão de regularidade fiscal, social e trabalhista com a fazenda do Estado de Sergipe (Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja inclusive as contribuições previdenciárias; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA; Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Estado relativa ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitido pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal).

19.2 – O pagamento só será efetuado após a verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa, ficando a contratada ciente de que deverá apresentar todas as certidões negativas.

19.3 – Nenhum pagamento será efetuado a empresa vencedora do processo licitatório, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

20 – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro designado pela CEHOP.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

20.2. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE OBRA, permanentemente disponível para lançamento nos locais dos serviços, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá entregar, diariamente, cópia do Diário de Obra ao Engenheiro Fiscal ou Empresa responsável pela Fiscalização, designada pelo FUNESP.

20.3. As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra e aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Engenheiro.

20.4. Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obras, sempre que surgirem quaisquer imprevistos, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

20.5. Serão obrigatoriamente registrados nos Diários de Obra:

20.5.1. PELA CONTRATADA:

20.5.1.1. As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

20.5.1.2. As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

205.1.3. As consultas à fiscalização;

20.5.1.4. As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

20.5.1.5. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

20.5.1.6. As respostas às interpelações da fiscalização;

20.5.1.7. A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para os serviços;

20.5.1.8. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

20.5.2. PELA FISCALIZAÇÃO:

20.5.2.1. Atestado da veracidade dos registros previstos nos subitens 19.5.1.1. a 20.5.1.8 anteriores;

20.5.2.2. Juízo formado sobre o andamento do serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

20.5.2.3. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no Diário de Ocorrência;

20.5.2.4. Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea par a autoridade superior;

20.5.2.5. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

20.5.2.6. Determinação de providências para o cumprimento das especificações;

20.5.2.7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

21 – DAS SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Nos termos do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, a critério exclusivo e mediante autorização expressa do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

22 - DAS GARANTIAS

22.1. Para garantia do fiel cumprimento do Contrato, até 10 (dez) dias após a sua assinatura, o licitante vencedor prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, junto à Polícia Militar do Estado de Sergipe, em qualquer das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

22.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Orçamento Referencial do FUNESP, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

23.1. Para a execução deste Contrato a CEHOP, designará um Engenheiro como seu representante, com a competência de Gestor de Contrato, que dentre outras atribuições anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

23.2. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato do **Fundo Especial para Segurança Pública - FUNESP** solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

23.3. Demais condições serão estabelecidas no Edital de Licitação.

24 – DOS ANEXOS



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

ART/ RRT do Projeto, Estudos Preliminares, Memoriais Descritivos, Especificações Técnicas, Orçamento Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma, Composições, BDI, Cotações, Relatório Fotográfico, Projetos e Plantas.

24 – DO FORO CONTRATUAL

24.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos de sua execução.

Aracaju, 08 de outubro de 2025.

WAGNER DARY DA SILVA:96777931520
0

Assinado de forma digital
por WAGNER DARY DA
SILVA:96777931520
Dados: 2025.10.08 12:24:04
-03'00'

WAGNER DARY DA SILVA
Gerente de Projetos da DIRARQ
Eng.^a Civil – CREA nº 270771497-6

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: FXXX-DT1K-DO4N-FLDF



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/10/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

● WAGNER DARY DA SILVA 08/10/2025 12:24:04 (Certificado Digital)